



Meio Ambiente:

Impacto do Convívio entre Vegetação, Animais e Homens

2

Taliane Maria da Silva Teófilo
Tatiane Severo Silva
Francisca Daniele da Silva
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2020



Meio Ambiente:

Impacto do Convívio entre Vegetação, Animais e Homens

2

Taliane Maria da Silva Teófilo
Tatiane Severo Silva
Francisca Daniele da Silva
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Taliane Maria da Silva Teófilo
Tatiane Severo Silva
Francisca Daniele da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M514 Meio ambiente: impacto do convívio entre vegetação, animais e homens 2 / Organizadoras Taliane Maria da Silva Teófilo, Tatiane Severo Silva, Francisca Daniele da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-482-5

DOI 10.22533/at.ed.825201310

1. Meio ambiente. I. Teófilo, Taliane Maria da Silva. II. Silva, Tatiane Severo. III. Silva, Francisca Daniele da. IV. Título.

CDD 577

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

APRESENTAÇÃO

A coleção “Meio Ambiente: Impacto do Convívio entre Vegetação, Animais e Homens” é uma obra dividida em dois volumes que aborda de forma ampla aspectos diversos do meio ambiente distribuídos ao longo de seus capítulos, como o desenvolvimento sustentável, questões socioambientais, educação ambiental, uso e tratamento de resíduos, saúde pública, entre outros.

As questões ambientais são temas importantes e que necessitam de trabalhos atualizados, como os dispostos nesta obra. Os capítulos apresentados servem como subsídios para formação e atualização de estudantes e profissionais das áreas ambientais, agrárias, biológicas e do público geral, por se tratar de temas de interesse global.

A divulgação científica é de fundamental importância para universalização do conhecimento, desse modo gostaríamos de enfatizar o papel da Atena editora por proporcionar o acesso a uma plataforma segura e consistente para pesquisadores e leitores.

Taliane Maria da Silva Teófilo

Tatiane Severo Silva

Francisca Daniele da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRILHAS ECOLÓGICAS POR UMA ABORDAGEM CRÍTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Rhuann Carlo Viero Taques
Stephany Caroline de Souza Martins
Maristela Procidonio Ferreira
Patricia Carla Giloni-Lima

DOI 10.22533/at.ed.8252013101

CAPÍTULO 2..... 12

INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO : FEIRA ECOLÓGICA UPF – MAIS QUE UM MERCADO DE ORGÂNICOS NA UNIVERSIDADE

Claudia Petry
Elisabeth Maria Foschiera
Lísia Rodigheri Godinho
Rodrigo Marciano da Luz
Isabel Cristina Lourenço da Silva
Maddalena Bruna Capello Fusaro
Tarik Ian Reinehr
Fabiane Bernardini Favaretto
Bruno de Oliveira Jacques
Solange Maria Longhi

DOI 10.22533/at.ed.8252013102

CAPÍTULO 3..... 21

PROJETO HORTA VITAL: DESAFIOS DO CONTROLE DE PRAGAS NA HORTA COMUNITÁRIA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Altacis Junior de Oliveira
Monica Tiho Chisaki Isobe
Herena Naoco Chisaki Isobe
Daniela Soares Alves Caldeira
Marcella Karoline Cardoso Vilarinho
Marcia Cruz de Souza Rocha
Gustavo Ferreira da Silva
Givanildo Rodrigues da Silva
Cyntia Beatriz Magalhães Farias
Taniele Carvalho de Oliveira
Larissa Chamma

DOI 10.22533/at.ed.8252013103

CAPÍTULO 4..... 26

RIQUEZA DE INSETOS GALHADORES NO ESPÍRITO SANTO (REGIÃO SUDESTE, BRASIL)

Valéria Cid Maia

DOI 10.22533/at.ed.8252013104

CAPÍTULO 5..... 34

EXTRATO AQUOSO DE *Campomanesia adamantium* (MYRTACEAE) (CAMBESS.)
O. BERG AFETA O DESENVOLVIMENTO DE TRAÇA-DAS-CRUCÍFERAS

Silvana Aparecida de Souza
Isabella Maria Pompeu Monteiro Padial
Irys Fernanda Santana Couto
Mateus Moreno Mareco da Silva
Emerson Machado de Carvalho
Rosilda Mara Mussury

DOI 10.22533/at.ed.8252013105

CAPÍTULO 6..... 45

INOCULAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DE DIFERENTES *Bacillus* spp ISOLADOS E ASSOCIADOS EM CONDICIONADOR DE SOLO CLASSE A

Brener Magnabosco Marra
Andreia Monteiro Alves
Jéssyca Ketterine Carvalho
Andressa Alves Silva Panatta
Rafael Ricardo Adamczuk
Jeferson Klein
Fernando Mateus Gerling
Cleide Viviane Buzanello Martins

DOI 10.22533/at.ed.8252013106

CAPÍTULO 7..... 55

FERTILIZANTES ORGANOMINERAIS GRANULADOS NA PRODUÇÃO DE MUDAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS EM DOIS TIPOS DE TUBETES

Aline Assis Cardoso
Michel de Paula Andraus
Eliana Paula Fernandes Brasil
Wilson Mozena Leandro
Jéssika Lorraine de Oliveira Sousa
Ana Caroline da Silva Faquim
Joyce Vicente do Nascimento
Carolline de Moura Ferro
Welldy Gonçalves Teixeira
Caio Fernandes Ribeiro
Álisson Assis Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.8252013107

CAPÍTULO 8..... 86

CONTROLE DE QUALIDADE DE FOLHAS DE AMOREIRA (*MORUS ALBA* L.)
COMERCIALIZADAS NA CIDADE DE CAMPO GRANDE -MS

Lilliam May Grespan Estodutto da Silva
Eduarda Pimenta da Silva
Higor Cristaldo da Silva
Karla de Toledo Candido Muller
Ana Paula de Araújo Boleti

Ludovico Migliolo

DOI 10.22533/at.ed.8252013108

CAPÍTULO 9..... 99

DIEFFENBACHIA SCHOTT. E A SAÚDE PÚBLICA: ETNOTOXICOLOGIA E ACIDENTES DOMÉSTICOS COM PLANTAS NA ZONA OESTE DA CIDADE RIO DE JANEIRO

Luiz Gustavo Carneiro-Martins

Karen Lorena Oliveira-Silva

João Gabriel Gouvêa-Silva

Jeferson Ambrósio Gonçalves

Claudete da Costa Oliveira

Ygor Jessé Ramos

João Carlos da Silva

Sonia Cristina de Souza Pantoja

DOI 10.22533/at.ed.8252013109

CAPÍTULO 10.....112

FUNGOS PATOGÊNICOS HUMANOS TRANSMITIDOS POR MORCEGOS EM RESIDÊNCIAS URBANAS

Bianca Oliveira Silva

Flávia Franco Veiga

Tânia Salci

Melyssa Negri

Henrique Ortêncio Filho

DOI 10.22533/at.ed.82520131010

CAPÍTULO 11 126

MONITORAMENTO E AÇÕES PARA O CONTROLE DE AGENTES ZONÓTICOS EM COMUNIDADES ADJACENTES A UMA FLORESTA URBANA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Isabel Cristina Fábregas Bonna

Maria Alice do Amaral Kuzzel

Marina Carvalho Furtado

Helena Medrado Ribeiro

Caroline Lacorte Rangel

Leandro Batista das Neves

Rosângela Rodrigues e Silva

Rodrigo Caldas Menezes

Luciana Trilles

Flavia Coelho Ribeiro Mendonça

Flavia Passos Soares

Ricardo Moratelli

DOI 10.22533/at.ed.82520131011

CAPÍTULO 12..... 153

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA INTEGRAÇÃO DA FORÇA FEMININA NO SETOR

TERCIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

Daniel Massen Frainer

Ailene de Oliveira Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.82520131012

CAPÍTULO 13..... 176

ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NA FORMAÇÃO INTEGRAL - EXPERIÊNCIAS
DO CURSO DE OCEANOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

Kátia Naomi Kuroshima

Camila Burigo Marin

Ana Lúcia Berno Bonassina

José Matarezi

Manoela Tormen Criveletto Canalli Pacheco

DOI 10.22533/at.ed.82520131013

CAPÍTULO 14..... 189

CHAVE DE DETERMINAÇÃO ILUSTRADA E GUIA FOTOGRÁFICO DE ESPÉCIES
DE FABACEAE

Fabieli Debona

Berta Lúcia Pereira Villagra

DOI 10.22533/at.ed.82520131014

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 202

ÍNDICE REMISSIVO..... 203

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA INTEGRAÇÃO DA FORÇA FEMININA NO SETOR TERCIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

Data de aceite: 01/10/2020

Daniel Massen Frainer

<http://lattes.cnpq.br/6910455102814572>
<https://orcid.org/0000-0003-0813-214X>

Ailene de Oliveira Figueiredo

<http://lattes.cnpq.br/8591447066310316>
<https://orcid.org/0000-0001-7066-576X>

RESUMO : O objetivo deste artigo é analisar a evolução da integração da força de trabalho feminina em suas relações sociais, ambientais e econômicas, e a responsabilidade socioambiental das empresas como cidadania econômica na esfera regional. Analisa a ocupação no setor terciário do Estado de Mato Grosso do Sul, descrevendo as mudanças ocorridas em razão das mudanças tecnológicas, flexibilização produtiva e das relações de trabalho, redução na oferta de emprego no setor terciário, o qual reconhecidamente, é qualificado como setor de maior precarização das relações de trabalho. Nesta perspectiva, examina o conceito da igualdade nos empregos verdes, o qual possui formulação ampla, para todo e qualquer emprego, relacionando a todas as convenções internacionais que trata sobre o tema, a responsabilidade socioambiental das empresas (RSE) no acesso emprego, e seus reflexos no desenvolvimento regional. A metodologia utilizada é analítico descritiva quantitativa, utiliza para tanto, dados secundários obtidos por meio do RAIS-CAGED e IBGE-PNAD, no período 2002-2018. Os resultados evidenciaram um aumento

populacional das mulheres, e estagnação da força feminina no mercado de trabalho regional, mesmo sendo o setor responsável pelo maior crescimento de ocupações.

PALAVRAS-CHAVE: Economia do Trabalho; Gênero; Empregos Verdes; Desenvolvimento Regional Sustentável; Responsabilidade Socioambiental das Empresas (RSE).

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze the evolution of the integration of the female workforce in their social, environmental, and economic relations, and the socio-environmental responsibility of companies as economic citizenship in the regional sphere. It analyzes the occupation in the tertiary sector of the state of Mato Grosso do Sul, describing the changes that occurred due to technological changes, productive flexibility and labor relations, reduction in the provision of employment in the tertiary sector, which recognized, is qualified as a sector of greater precarization of labor relations. In this perspective, it examines the concept of equality in green jobs, which has broad formulation for any and all jobs, relating to all the international conventions dealing with the topic, the socio-environmental Responsibility of companies (CSR) Access to employment, and its reflections on regional development. The methodology used is quantitative descriptive analytical, uses for both, secondary data obtained through the RAIS-CAGED and IBGE-PNAD, in the period 2002-2018. The results evidenced a population increase of women, and stagnation of female strength in the regional labor market, even being the sector responsible for the greater growth of

occupations.

KEYWORDS: Economy of Labor; Gender; Green Jobs; Sustainable Regional Development; Corporate Socio-environmental Responsibility (CSR).

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a integração da força de trabalho feminina em suas relações socioambientais e econômicas no setor terciário de Mato Grosso do Sul, e a responsabilidade socioambiental das empresas, descrevendo a relação de ocupação feminina no âmbito regional, amparados pelo conceito de empregos verdes e a implementação da responsabilidade socioambiental empresarial (RSE) no meio ambiente do trabalho como parâmetro ético na promoção do princípio da igualdade.

Com o declínio dos modelos tayloristas e fordistas de organização do trabalho, o qual foi motivado por uma concepção flexibilizada dos processos produtivos, surgiu então um novo padrão organizacional intitulado toyotismo. A produção em massa foi abandonada, emergindo, a título da redução de custos, a ideia da produção vinculada a demanda. Os trabalhadores dedicados à atividade-fim, objeto social do empreendimento, passaram a ser estimulados por mecanismos de competição: suas retribuições seriam mais elevadas na medida que alcançassem ou superassem metas preestabelecidas, e aqueles que não se adaptassem eram dispensados, e, mediante novas contratações, realocados em outra empresas para que realizassem atividades-meio, isto é, atividades secundárias ou instrumentais da atividade fim.

Numa análise setorializada da economia, o setor terciário, é conceituado como: “aquele que incorpora atividades que não produzem nem modificam objetos físicos (produtos ou mercadorias) e que terminam no momento em que são realizadas.” (VARGAS, 2001), sugerem a análise de seu ambiente, localização e de seus trabalhadores, sob a lume dos princípios universais, e precarização generalizada das relações de trabalho inaugurado a partir da reforma trabalhista.

A elaboração e a promoção da responsabilidade social das empresas (RSE) na implementação do trabalho decente, ora qualificado como empregos verdes, estabelece padrões éticos destinados às empresas com a assunção de compromissos que tem como princípio central, o da promoção e firmamento do conceito de igualdade na diferença, nas dimensões de acesso, manutenção e promoção no trabalho da mulher.

2 I METODOLOGIA

Esse artigo aborda o tipo de pesquisa descritiva, que tem como conceito a caracterização de determinado fenômeno ou população, interpretando-os. Segundo (VERGARA, 2000), trata-se da mais tradicional tipologia de pesquisa, caracterizada pela descrição de um fenômeno sobre determinado período, e/ou comportamento de suas variáveis, e após esse recorte temporal, analisa-se as causas que influenciaram a sua ocorrência, e que podem ser diferentes das pesquisadas anteriormente.

O estudo abrangeu igualmente a pesquisa exploratória bibliográfica quanto ao estudo teórico, e análise dos dados secundários extraídos por meio de relatórios e por órgãos e institutos que pesquisam dados econômicos. Objetiva-se uma análise estatística para o alcance dos resultados e conseqüentemente, para a consecução dos objetivos propostos pela pesquisa. Os dados obtidos estão alicerçados em pesquisas realizadas pelo IBGE na base dados do Sistema de Contas Nacionais e Pesquisa Nacional de Amostra por município (PNAD), ambos do IBGE ano 2018. A PNAD Contínua é elaborada por meio de amostra por domicílios colhidos da amostra-mestra por setores censitários, e encerrada em dezembro de 2018.

A pesquisa infere as características gerais da população com mineração de dados na vertente de ocupação e diferenciais entre gênero, informações econômicas disponibilizadas pelo IBGE e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Foi instituído pela Lei n. 4.923/65 para registro de “admissões e dispensas de empregados nas empresas abrangidas pelo sistema da “Consolidação das Leis do Trabalho” (BRASIL, 1965), no recorte temporal 2002-2018.

Tem como a finalidade direcionar políticas públicas de geração de bem-estar social, com necessidade de mineração de dados para o Governo Federal por meio do Ministério do Trabalho e Emprego. Reformulado em 2007, adotou-se a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que se trata de um relatório de informações socioeconômicas elaborado por pessoas jurídicas e outros empregadores formais e entregue anualmente. Este relatório trata dos vínculos empregatícios da administração pública e privada, e empregadores cadastrados no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), fornecendo informações estatísticas para tomada de decisões governamentais.

3 I MEDIAÇÃO TEÓRICA: ECOLOGIA, FEMINISMO E DESENVOLVIMENTO

Os pensadores mais antigos trouxeram a discussão acerca da gestão de bens e serviços nas sociedades, tratando de questões como filosofia da moral ou política. Entretanto, com o surgimento das fábricas e da produção de bens em massa, instaurou-se uma nova era de organização econômica, que fazia uma análise do

todo, isto é, a economia de mercado. Esse mecanismo cria oportunidade de lucro para produtores que competem entre si para fornecer mais produto. Na segunda metade do século XX, novas áreas da economia se incorporaram às teorias, a psicologia, sociologia e, ao mesmo tempo, os cientistas concluíram que a crescente riqueza econômica ocorria à custa do ambiente, na forma de alterações climáticas potencialmente desastrosas.

Na esteira de tais mudanças, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA – *United Nations Environment Programme*, UNEP), define economia verde como “aquela que resulta na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente os riscos ambientais e das limitações ecológicas, isto é, uma economia socialmente inclusiva, de baixo-carbono e eficiente no uso dos recursos ambientais.

Segundo Seroa Mota & Dubeux (2011), “economia verde é a proposta de conjunto de instrumentos para o alcance do desenvolvimento sustentável”. A UNEP (2011) propõe como “objetivo-chave de uma transição para a economia verde é eliminar os *trade-off* entre crescimento econômico e investimento, e os ganhos de qualidade ambiental e inclusão social”.

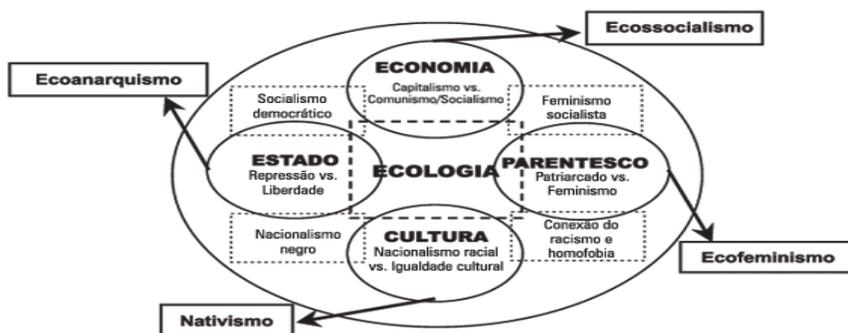
Ao se discutir a inclusão social, o desenvolvimento teórico feminista, no início dos anos 1970, veio a consolidar análises diversas. Desde a fundação da Associação Internacional para a Economia Feminista (IAFFE) na década de 1990, a economia feminista se tornou um campo de estudos em que são desenvolvidas pesquisas acadêmicas e promovem a criação de espaço político por meio de movimentos sociais, das Organizações Não Governamentais (ONG's) e de associações de mulheres trabalhadoras. Combina argumentos com o feminismo contra o racismo, pós-colonial, pós-moderno, com economia marxista e economia ecologista (TEIXEIRA, 2017).

Pérez Orozco (2005) estabelece diferenciais entre “economias feministas conciliatórias”, as quais não rompem com a lógicas mercantis de produção, e têm como ponto de partida a redefinição dos princípios entre economia e trabalho, a análise econômica por meio de diferenciais nas relações de gênero, bem como analisa as causas das divisões desiguais. As “economias “rupturistas”, partem da análise das experiências e possui como marco inicial, isto é, como uma categoria de análise primária, a sustentabilidade humana.” Neste contexto social, econômico e ambiental complexo, vem se firmando, segundo Teixeira (2017), “a construção de um novo marco conceitual reconhecido como economia feminista”, que segundo a autora, “irá formular a crítica a economia predominante, a partir do reconhecimento de sua estreiteza ao focar métodos matemáticos, fenômenos repletos de conexões”.

As autoras propõem que a Economia passe a ser definida por uma preocupação com a sustentabilidade da vida em todas as esferas em que se realiza

e não unicamente pelo mercado. Substituindo-se a racionalidade econômica pelo que é necessário para a implantação da sustentabilidade humana. O campo de estudo sobre o feminismo, segundo Hughes (1989), está alicerçado na ecologia humana que possui quatro eixos fundantes : a economia, o estado, a cultura e o parentesco. A partir deste eixo são concebidos subsistemas sociais: democracia, nacionalismo, conexão entre racismo e homofobia, o feminismo, economia feminista o ecofeminismo, que formam os eixos argumentativos situados entre os campos da economia capitalista e da família e/ou parentesco.

FIGURA 1 – ORIGEM DE ECOIDEOLOGIAS



FONTE: HUGHES, 1989, p. 1-4

Figura 1. Eixos fundantes dos sistemas e subsistemas da Ecologia Humana.

Fonte: Hughues, 1989.

Siliprandi (2000) elabora fundamentos que estruturam o Ecofeminismo como parte integrante da Economia feminista, e o define como “uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas desde a década de 70, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação do ambiente e a dominação das mulheres, podendo ser considerada mais como uma corrente que trabalha com mulheres dentro do movimento ambientalista.

Segundo Rocha (2006), as intituladas de ecoideologias buscam contribuir para uma crítica ecológica mais consistente, sem, contudo, pressupor a existência de um tipo ideal de militante. Em uma análise concreta, não é possível estabelecer tais rupturas, sem que sejam estudadas as dinâmicas econômicas nas formas em que se estabelecem, e sob a lume dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), recomenda-se uma análise como parte integrante da economia ecológica. A Economia ecológica se caracteriza por uma área de estudo transdisciplinar que analisa ecossistemas naturais e Economia, sendo diferenciada quanto a Economia ambiental, que está fundamentada na Economia neoclássica.

4 I A RELAÇÃO CONCEITUAL ENTRE IGUALDADE DE GÊNEROS E EMPREGOS VERDES

As Ciências Sociais e Humanas o conceituam o ambiente como certas condições externas a um fenômeno e fazem uso dos adjetivos econômico, cultural e político (REIS, VELHO, 1997). A Geografia entende o ambiente “como o suporte físico imediato ou o sistema de objetos que percebemos a nossa volta (HOLZER, 1997). O Direito o define como “produto das interrelações dos subsistemas naturais, econômico e sociais” (GIANNUZZO, 2010).

O meio ambiente pode ser classificado: meio ambiente físico, constituído pelo solo, água, ar atmosférico, flora e fauna; meio ambiente cultural; pelos valores históricos, artístico, arqueológico, paisagístico e turístico existentes em um determinado país; o meio ambiente artificial em que está inserido o espaço urbano construído pelo ser humano, englobando o conjunto de edificações, e espaços urbanos públicos, e o meio ambiente do trabalho, local de realização de atividade laboral.

O Pnuma na Conferência Rio+20, em 2009, definiu o conceito de economia verde, como um sistema econômico cuja atividades em todos os setores – investimento, produção, comercialização, distribuição e consumo, respeitem os limites dos ecossistemas, com a finalidade de preservar o meio ambiente.

Na relação economia e trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), define o trabalho decente como promoção de oportunidades para que homens e mulheres possam ter uma atividade decente e produtiva em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, suficiente em oportunidades e renda, direitos, participação e reconhecimento, estabilidade familiar e desenvolvimento pessoal, justiça e igualdade de gênero. Tal definição apresenta diferentes dimensões, estabelecendo meios para o alcance de um desenvolvimento sustentável inclusivo, resumindo a transformação pela qual perpassam as economias, as empresas, os ambientes de trabalho e os mercados de trabalho. Orienta-se para o desenvolvimento de uma economia sustentável, que proporcione simultaneamente, um trabalho decente e com baixo consumo de carbono.

Toda atividade econômica está atrelada à base legislativa regulatória, em caráter interno e externo. O arcabouço legislativo brasileiro, representado pela internalização dos preceitos contidos nos documentos internacionais da OIT, que preveem o conceito de igualdade desde sua fundação em 1919, cuja cumulação com a Convenção Para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), delimitam e definem standards para mitigação de práticas e de condições de trabalho que constituam discriminação contra a mulher e pautam uma agenda para a ação dos estados membros com a finalidade de inclusão econômica.

Internamente, a Constituição Federal de 1988, define em seu artigo 6º como direitos sociais: educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. A urbanização ampliou o mercado de trabalho, em um processo de individualização feminina como trabalhadora (OLIVEIRA, 1997), e o segmento terciário abriu inicialmente possibilidades para o trabalho feminino independente da família, processo que se reproduz até os dias atuais (BRUSCHINI, 1998). Os direitos sociais e o trabalho assim como outros tem alicerce no conceito de emprego decente.

A afirmação da igualdade como objetivo, traz a lume a condição feminina, a desigualdade de gêneros e o desnivelamento social e econômico entre homens e mulheres são acirrados no meio ambiente laboral, em que são menos remuneradas, mesmo sendo chefes de família e possuindo maior escolaridade, ocupam cargos de menor relevância econômica e social, tornando-se um desafio a implementação dos direitos de segunda¹ e terceira² geração não apenas a nível nacional, mas no âmbito do desenvolvimento regional.

O princípio da igualdade de gênero, segundo Lima (2011, p. 45, 49), “é um desdobramento do princípio da igualdade, que tem fundamento na dignidade da pessoa humana, é sustentáculo fundamental do Estado democrático e princípio crucial estruturação do sistema político e jurídico”. Sendo certo que há uma diferença entre o princípio da igualdade e o princípio da não discriminação, que segundo Thome (2012), este é espécie e aquele é gênero, sendo o princípio da não discriminação, o conteúdo mínimo da igualdade.

Os Direitos Sociais trabalhistas na Constituição Federal de 1989 possuem sintonia no que tange ao combate à discriminação contra mulher e aos parâmetros protetivos internacionais como promoção da igualdade através de políticas compensatórias – artigo 7º XX (previsão de proteção mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos em lei), e de vertente repressivo-punitiva – art. 7º, XXX, por meio da proibição da discriminação contra a mulher em que é proibida formalmente a diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (CALIL, 2000).

A promulgação da Constituição Federal de 1989 promove ganhos constitucionais: a) a igualdade entre homens e mulheres, inclusive no âmbito da família, b) o reconhecimento da união estável como entidade familiar, c) a proibição

1 Ligados ao valor igualdade, os direitos fundamentais de segunda geração são os direitos sociais, econômicos e culturais. São direitos de titularidade coletiva e com caráter positivo, pois exigem a atuação do Estado.

2 Ligados ao desenvolvimento e progresso, ao meio ambiente, à autodeterminação dos povos, bom como ao direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade. São os direitos transindividuais, em rol exemplificativo, destinados à proteção do gênero humano. (<https://www.lfg.com.br/conteudos/artigos/direito-constitucional/quais-sao-os-direitos-de-primeira-segunda-terceira-e-quarta-geracao-denise-cristina-mantovani-cera>, acesso em 15/04/2016.)

da discriminação no mercado de trabalho por motivo de sexo ou estado civil (art. 7º XXX), regulamentado pela Lei 9.292 de 13 de abril de 1995 que proíbe a exigência de atestado de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho); d) proteção especial da mulher no mercado de trabalho mediante incentivos específicos, art. 7º, XX regulamentado pela Lei 9.799 de 26 de maio de 1999, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher no mercado de trabalho; d) o planejamento familiar como uma decisão livre para o casal, devendo o Estado propiciar os recursos científicos e educacionais para o exercício deste direito - art. 226§7º, Lei 10.224 de 15/05/2001, que dispõe sobre assédio, Lei 11.770 - licença-maternidade por 180 dias, Licença paternidade Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016. Este conjunto leis tutelam o meio ambiente de trabalho da mulher, constituindo um sistema de freios e contrapesos reconhecidos internacionalmente (BASSO, POLIDO, 2012).

A OIT fundamenta o conceito e que o trabalho decente como promoção de oportunidades para que homens e mulheres possam ter uma atividade decente e produtiva em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, suficiente em oportunidades.

Todos estes conteúdos são, em diferentes dimensões, meios de atingir um desenvolvimento sustentável inclusivo. O emprego decente é conceituado inicialmente como “um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, igualdade e segurança e que seja capaz de garantir uma vida digna para os trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias, sendo assegurado o direito a organização sindical” (https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_229627/lang--pt/index.htm).

Com o avanço teórico sobre o desenvolvimento sustentável, foi elaborado o conceito de empregos verdes, foram definidos como “postos de trabalho nos setores da agricultura, indústria, construção civil, instalação e manutenção, bem como atividades científicas, técnicas, administrativas e de serviços que contribuem substancialmente para a preservação ou restauração da qualidade ambiental”(OIT, 2008).

Em sequência a esta definição, associa a determinadas condições de trabalho, e relaciona o conceito de empregos verdes com condições de trabalho. Devendo ser respaldado em empregos adequados, salários adequados, condições de igualdade e segurança, que traduz as modificações da economia, empresas, de ambientes de trabalho, e dos mercados de trabalho, na direção a uma economia sustentável, que viabilize um trabalho decente com baixo consumo de carbono (OIT, 2009).

Bakker e Young (2011) formulam classificações distintas de empregos

verdes a classificação das atividades de Proteção e Despesas Ambientais (CEPA), formulada pela Eurostat (Escritório de Estatística da União Européia); da NAICS (*North American Industry Classification System*), formulada pelo Escritório Estatístico do Trabalho (*Bureau Labor Statistics*), e finalmente da OIT. Estes dois últimos, NICAS e OIT baseiam em análise setorial e evidenciam as atividades com potencial de geração de empregos verdes, enquanto a CEPA demonstra as atividades recorrentes de gastos com proteção ambiental, isto é, atividades e setores diretamente relacionados à preservação ambiental.

A OIT classifica os empregos verdes em quatro categorias: verdes e decentes, verdes, mas não decentes, decentes, mas não verdes, e nem verdes nem decentes, e condensa a transição dos ambientes de trabalho, das empresas, dos mercados de trabalho no objetivo do desenvolvimento sustentável. Entende como fundamental o desenvolvimento de um diálogo internacional e nacional sobre meio ambiente, setor do trabalho e governos, a fim de mitigar as alterações do clima (Stern, 2006).

Na visão do mercado, que se refere à formulação inicial, os empregos verdes se relacionam às atividades fim, tais como os trabalhos em atividade agrícola, industrial, dos serviços e da administração que construam para preservação ou restauração da qualidade ambiental.

No conceito elaborado pela OIT, observa-se uma abrangência maior que a visão do mercado, ao incluir a questão das condições de igualdade como um dos qualificadores centrais do emprego verde. Tornando-se conceito econômico abrangente para todo e qualquer emprego, isto é, uma economia só será conceituada como desenvolvida e sustentável, se os empregos atenderem os critérios intitulados como verdes. Enlaça com todas as convenções internacionais, CEDAW inclusive.

5 I PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO NO SETOR TERCIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

Ao longo do tempo, o setor de serviços passou a ser motivo de estudos, principalmente a partir de meados do século XX, devido a crescentes aumentos na participação do produto do setor terciário no produto total dos países (BANCO MUNDIAL, 2011). Na década de 70, segundo Haddad (1989), a proporção entre setores se manteve praticamente inalterado em razão da participação ostensiva do Estado na economia. Na década de 80, a indústria permaneceu estagnada, ocorrendo um crescimento do setor de serviços, principalmente em São Paulo, em razão da expansão do setor financeiro (PEREIRA, 1989).

Malthus (1983), segundo Kon (2015), utiliza a expressão “trabalho mais produtivo” ou “menos produtivo” e considera que as ocupações não ligadas a agricultura e à indústria são tidas como trabalhos menos produtivos. Em Marx (1867), uma atividade era considerada produtiva se esta auferisse lucro, independentemente

de ser concreto. Para Silva e Meirelles (2005), Marx vai além em relação a Smith (2013), vez que conclui pela viabilidade do setor de serviços serem produtivas.

A reflexão de Marx possui a lógica econômica de seu tempo, fundamentada na produção industrial. A doutrina utilitarista desenvolve uma perspectiva diferenciada sobre a representatividade econômica dos serviços. Kon (2015) avalia a representatividade dos serviços: “o papel dos serviços é mais do que atuar na complementação das atividades manufatureiras, mas antes de tudo é um pré-requisito para o desenvolvimento, ao intensificar a capacidade de inovação, produção circulação, distribuição e regulação das atividades produtivas no contexto econômico.” (KON, 2013, p. 84).

Conforme Silva e Meirelles (2006), Say (1803), definia que os processos produtivos não são geradores de matéria concreta, mas sim de utilidade, sendo este o motor da economia e o fator gerador de riqueza. Logo, os serviços seriam considerados produtivos se estes fossem geradores de utilidade e riqueza, isto é, que permitisse a aquisição de novos bens e um complemento para as demais atividades, que apesar de importante, não possui um dinamismo próprio. O mercado de trabalho e sociedade constituem um objeto de estudo dinâmico e complexo, as persistentes desigualdades firmadas no ambiente econômico se firmam como entraves ao desenvolvimento humano em escala global.

O desenvolvimento sustentável segundo Oliveira (2011), é fundamentado nos pilares econômico, social e ambiental. Tal amplitude, sugere a análise das políticas públicas, função essencial do Estado. Com a finalidade de direcionar políticas públicas de geração de bem-estar social, necessidade mineração de dados para o Governo Federal por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, à partir de 2007, elaborou a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o qual trata-se de um relatório de informações socioeconômicas elaborado por pessoa jurídicas e outros empregadores anualmente. Este relatório trata dos vínculos empregatícios da administração pública e privada, e empregadores cadastrados no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), fornecendo informações estatísticas para tomada de decisões governamentais.

O estudo das características do mercado de trabalho por meio dos setores da economia viabiliza a análise dos diferentes componentes do sistema econômico, e para Erber (2002), os estudos setoriais se situam entre as análises das empresas ou atividades econômicas assemelhadas em seus elementos. Segundo Alonso (2005), entende que todo tipo de produto oriundo do trabalho é produtivo, que os bens ocupam o topo da hierarquia são os serviços do trabalho e da terra e sua visão da complementaridade das atividades terciárias, ao longo da cadeia produtiva, é de fácil percepção. Logo, segundo Kon (2004) é conceituado como serviço, a atividade em que o processo de produção seja intangível e a relação de produção e consumo

seja simultânea e interativa e a qual resulte num produto igualmente intangível e inestocável.

A partir dos anos 2000, Cardoso (2009) afirma que o mercado de trabalho se reestruturou e nomeia cinco fatores fundamentais para recuperação dos empregos formais entre os anos de 2000 e 2005: a expansão do crédito interno; aumento e diversificação das exportações; difusão do Regime Tributário Simplificado, para micro e pequenas empresas; o aumento e descentralização do gasto público social e ações diretas de intermediação de mão-de-obra e de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em análise regional, o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul, numa perspectiva de nacional, deve ser entendido como um processo de expansão da fronteira agrícola para a região, deu-se fundamentalmente em razão da pressão populacional das regiões sul e sudeste. Com a sua criação na década de 70, o Estado definiu um conjunto de políticas atrativas ao desenvolvimento econômico regional, especialmente voltado a agricultura e pecuária. O setor secundário de Mato Grosso do Sul possui baixa relevância em relação ao contexto nacional, estando restrito à produção de celulose. Estabeleceu-se assim uma divisão nacional do trabalho, em que Mato Grosso do Sul assume posição de fornecedor de matérias-primas e alimentos, posição historicamente ocupada pelo Brasil em relação aos países desenvolvidos.

5.1 Segmentação Setorial: percurso de integração de mão de obra feminina

Segundo Kon (2016), a economia estuda a força de trabalho como componente no processo de produção e integrante do seu corpo teórico, inclui fatores que repercutem nos setores produtivos e nas ocupações e, conseqüentemente na remuneração.

A incorporação da mão de obra feminina pelo mercado de trabalho iniciou a partir da 2ª Grande Guerra (BIROLI, MIGUEL, 2014). Desde então, assume posições subordinadas aos homens na hierarquia empresarial (MARUANI, HIRATA, 2003) e esta prática, “retrata a desigualdade de gênero, o qual considerado por organismos multilaterais como um embaraço para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável que se baseie em princípios que garantam justiça socioambiental” (MARANHÃO, 2013).

Segundo Hirata e Maruani, a estrutura ocupacional feminina é caracterizada por dois segmentos diferenciados em termos de qualificação e prestígio, conseqüentemente de remuneração refletem que:

[...]Por um lado, ocupações que teriam menos prestígio e oferecem menor remuneração, tais como serviços administrativos e em serviços

de turismo, serventia, higiene e beleza e auxílio à saúde. De outro lado, as ocupações de nível superior nas áreas jurídicas, do ensino e das artes, e que englobam as Famílias Ocupacionais³, e são relativos a atividades de apoio administrativo, comerciárias, e são alocadas em chefia intermediária, indicando um padrão de feminização e de rendimentos mediano. (2003, p. 337)

No contexto regional, a formação do Estado de Mato Grosso do Sul é recente, constituído por 74 municípios divididos em 11 regiões, população de 2.648.037 habitantes, ainda possui vazios geográficos, porém mantém um IDH de 0,729 (IBGE, 2010).

Na análise da distribuição de renda da trabalhadora feminina, deve ser considerado a influência da raça/cor, sendo duplamente desfavorável às mulheres da raça negra (BIROLI, 2017). O percurso da mulher brasileira no trabalho é considerado tardio. A partir da década de 70, passa a integrar o mercado de trabalho de forma mais importante tendo sido alocada mais fortemente no setor de serviços.

Um dos indicadores em relação ao trabalho feminino, se refere às ocupações que registram uma concentração de mão de obra em determinadas atividades, todas consideradas de pouco prestígio e de baixa remuneração. Segundo Moraes (1990), a afirmação desta assimetria, tanto em ocupação e remuneração de forma recorrente, “corresponde a ideologia de que o trabalho remunerado da mulher ainda é considerado complementar no orçamento familiar”. Em análise setorial, o terciário é o mais importante do Estado de Mato Grosso do Sul, sob o aspecto local, a mão de obra feminina ocupa majoritariamente no comércio varejista.

O setor de serviços, segundo estudiosos, é responsável pela geração e crescimento da pobreza e desigualdade. Tal observação se sustenta na qualidade de postos de trabalho e salários gerados no setor é baixa na maioria dos seguimentos que compõem o setor.

6 I INDICADORES TEÓRICOS E EMPÍRICOS DO MERCADO DE TRABALHO DAS MULHERES NO SETOR TERCIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

A atividade econômica no Estado, segundo dados do IBGE é caracterizada preponderantemente pela atividade primária e terciária. O desempenho do emprego sofreu drástica queda em 2011 e 2012 como reflexo da crise econômica.

A organização do trabalho no setor terciário está fundamentada no trabalho em processo, isto é, na intermediação, pois se trata de atividade que não cria, mas intermedia mercadorias e serviços. Castells (1999), observa que em países avançados, “a locação da força de trabalho no setor se expandiu, que a evolução

³ A nomenclatura Família Ocupacional é utilizada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e correspondem a níveis de agregação das ocupações.

do mercado de trabalho pós-industrial, este setor vem absorvendo a mão de obra excedente em razão do aumento da produtividade no campo e na indústria”. O setor terciário em Mato Grosso do Sul é caracterizado pela maior participação de empresas de porte micro a médio chegando a 50% do total dos empregos formais (Tabela 1).

Tamanho Estabelecimento	2013	2014	2015	2016	2017	Participação
De 1 a 4	44.623	46.880	47.482	47.733	47.602	10,59%
De 5 a 9	45.013	46.211	46.935	47.565	47.635	10,59%
De 10 a 19	47.072	48.110	49.082	48.338	48.368	10,76%
De 20 a 49	52.011	54.165	54.659	52.095	53.782	11,96%
De 50 a 99	30.130	31.112	30.838	30.353	30.238	6,72%
De 100 a 249	35.979	35.725	33.997	34.866	34.706	7,72%
De 250 a 499	33.074	32.488	29.431	30.974	31.030	6,90%
De 500 a 999	45.880	42.058	43.887	38.609	42.489	9,45%
1000 ou Mais	94.111	113.983	114.766	107.537	113.859	25,32%
Total	427.893	450.732	451.077	438.070	449.709	100,00%

Tabela 1 – Número de empregados formais em Mato Grosso do Sul por porte de empresa de 2013 a 2017

Fonte:Elaboração própria a partir da RAIS vários anos.

Como se depreende da tabela acima, o tamanho dos estabelecimentos demonstra estabilidade na geração de postos de trabalho. Deve ser considerado que a população de Mato Grosso do Sul é de 2.748.023 cresceu 7,04%, de 1.249 milhão em 2012 para 1,337 em 2016 de mulheres e se encontra ascensão, podendo afirmar quantitativamente que o grau de exclusão econômica vem sendo ampliado.

Nos últimos, anos mais pessoas estão se declarando negras (pretas e pardas segundo critério de análise do IBGE. Em 2016, eram 1.452 milhão de negros, acima dos 1,131 de brancos. As variações perspectivas foram de 15,14% (1,262 milhão de pessoas negras em 2012 e de -3,74 de brancos (1,175 milhão em 2012). A participação das mulheres dentro da força de trabalho em cerca de 43% durante o período de análise mantendo de 2013 a 2018 essa parcela. O mesmo ocorre com a participação das mulheres na população em idade ativa chega a 1,37 milhões em 2018, participando também com 43% na população ocupada (Gráfico 2)

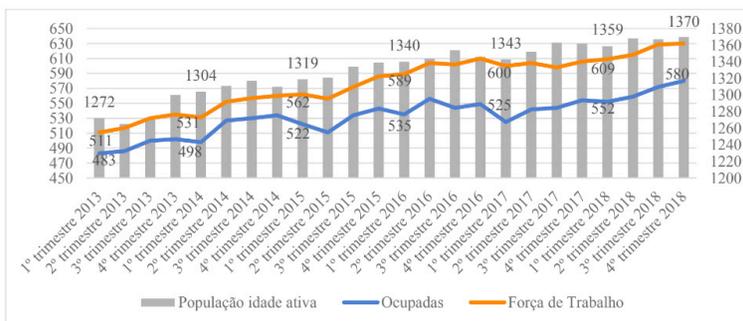


Gráfico 2 – População de mulheres na força de trabalho de Mato Grosso do Sul de 2013 a 2018

Fonte: Elaborado a partir da PNADC/T do IBGE.

Em 2018, de acordo com as informações da PNADC/T, as mulheres representavam 51,39%, em idade de trabalhar na força de trabalho, cerca de 630 mil compondo a força de trabalho, representando 43,96% da força de trabalho. A desocupação entre elas chegava a 40 mil e se ampliou durante o período chegando a 75 mil no primeiro trimestre de 2017 reduzindo para 50 mil no final de 2018. O gráfico da PNAD continua acima, demonstra que a mão de obra feminina do setor terciário firma o entendimento que as mesmas se encontram na informalidade, e que ocupadas ou que procuraram trabalho, permanece praticamente estável no decurso do tempo. Entretanto, as taxas de desocupação das mulheres sempre foram para toda a série da pesquisa maiores que os homens chegando a 7,9% no quarto trimestre de 2018, embora em todo o período a pior taxa de desocupação tenha ocorrido no primeiro trimestre de 2017 onde chegou a 12,5% (Gráfico 3).

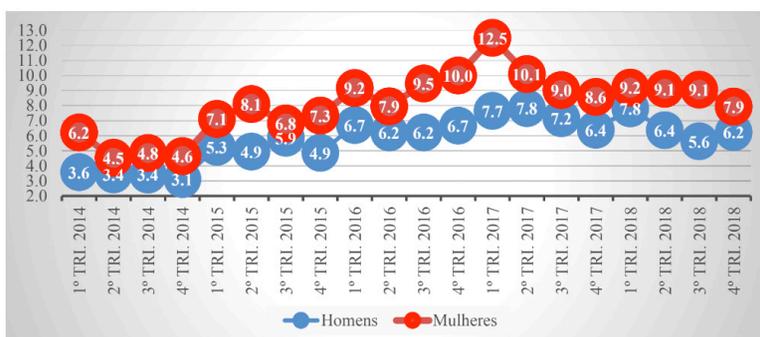


Gráfico 3 – Taxa de desocupação por sexo na força de trabalho de Mato Grosso do Sul de 2014 a 2018

Fonte: Elaborado a partir da PNADC/T do IBGE.

Em termos de emprego formal, a evolução dessa ocupação no mercado de trabalho formal as mulheres participam também em menor proporção, mas há uma tendência de aumento na participação, mesmo que pequena, nos últimos anos (Gráfico 4).

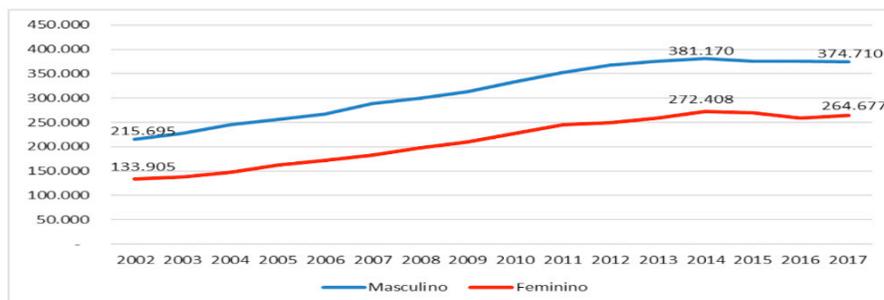


Gráfico 4 – Evolução do número de trabalhadores formais por gênero em Mato Grosso do Sul de 2002 a 2017

Fonte: Elaborado a partir da RAIS.

Segundo as informações acima, a crise de 2014, alcança o mercado de trabalho aumentando as taxas de desocupação e com queda do total de emprego formal na economia de cerca de 2,17% de 2014 a 2017, sendo que para as mulheres a queda foi maior (-2,84%) enquanto que para os homens teve menor redução (-1,69%).

O setor de serviços, é responsável pela maior parte da geração e crescimento tanto em termos de produto como de emprego. Tal observação se sustenta na qualidade de postos de trabalho e salários gerados no setor é baixa na maioria dos seguimentos que compõem o setor.

A atividade econômica no Estado é caracterizada preponderantemente pela atividade terciária, proporciona o seguinte quadro de empregos geral (Gráfico 5).

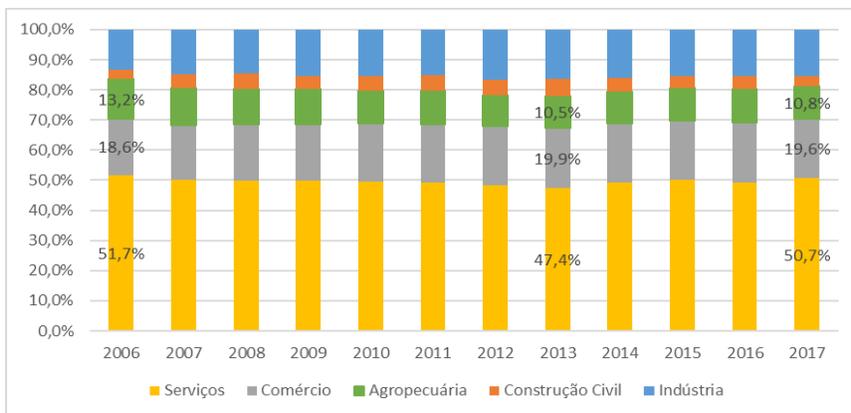


Gráfico 5 – Participação do emprego formal por setores de atividades em Mato Grosso do Sul de 2006 a 2017

Fonte: Elaborado a partir da RAIS vários anos.

O desempenho do emprego sofreu reflexos da crise econômica com queda dos empregos, mas em termos de composição não houve uma alteração significativa nas participações ficando estáveis durante o processo de queda e recuperação da economia do estado. Os serviços permanecem sendo o principal setor com 50,7% de participação em 2017, embora tenha perdido relativamente participação de 2006 a 2013 chega em 2017 com o mesmo patamar de participação em 2006. Já a agropecuária teve queda na participação saindo de 13,2% do emprego formal para 10,8% em 2017.

O que explica o movimento a baixa integração da mão de obra feminina e baixa progressão da feminização do emprego, permanece a lógica de segmentação praticamente estável, apesar do incremento populacional já demonstrado, concluindo-se pelo aumento de mão de obra feminina ociosa. Além de ser claro que apenas metade das mulheres são produtivas.

71 A PROMOÇÃO DA IGUALDADE E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS (RSE)

A *Declaration on International Investment and Multinational Enterprises/OCDE*, com objetivo de criar orientações às empresas que operam em vários mercados, inclui conceitos e princípios gerais como por exemplo de Direitos Humanos, a observação da legislação local, a OIT define que o trabalho decente como promoção de oportunidades para que homens e mulheres possam ter uma atividade decente e produtiva em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, suficiente em oportunidades e renda, direitos, participação e

reconhecimento, estabilidade familiar e desenvolvimento pessoal, justiça e igualdade de gênero. Todas este conteúdo são as diferentes dimensões como meio de atingir um desenvolvimento sustentável inclusivo.

Para Servais (2005), o respeito a igualdade e não discriminação como *minimum labour standarts*, incorpora o conceito de *responsabilidade socioambiental das empresas (RSE)*. De iniciativa da OCDE em 1976, a formação do capital humano (SERVAIS, 2005, p.28-29).

Santos (1994), estabelece que:

“compreender a economia de um país é necessário dar uma enorme atenção aos estudos urbanos e buscar a metodologia mais adequada para captar a real significação da cidade, da rede de cidades, do território, da Nação[...] A circulação dos produtos e mercadorias, dos homens e das ideias ganhou uma total expressão, dentro do processo global de produção, que a urbanização passou a ser um dado fundamental na compreensão do funcionamento da economia” (SANTOS, 1994, p. 117).

A atividade econômica está atrelada à função social da empresa, o reconhecimento da tutela do meio ambiente do trabalho implica na gestão ambiental não se limitando ao recolhimento de impostos e geração de empregos.

No Brasil, segundo Sucupira (2000), a responsabilidade socioambiental das empresas foi inaugurada pela Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) na década de 60, em 1977 ganha destaque como tema do 2º Encontro Nacional de Dirigentes Cristãos de Empresas, e em 1984 foi publicado o primeiro balanço social de uma empresa da área agrícola. Em 1997 o IBASE instituiu o Selo Balanço Social para fomentar a participação das empresas.

O Instituto Ethos (2013), conceitua a RSE como:

[...] forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”.

Neste novo sistema, as empresas são agentes sociais. Segundo Di Pietro (2018):

[...] a partir das mudanças estruturais provocadas pelo impacto da globalização econômica nas relações de trabalho, especialmente na saúde, na segurança e na qualidade de vida do trabalhador, e da proteção constitucional assegurada como um novo paradigma para a valorização do trabalho humano, sob um contexto mais abrangente, novos mecanismos para proteger e implementar o equilíbrio no habitat laboral são exigidos, em busca da promoção da sustentabilidade no

meio ambiente de trabalho: “ Ele envolve toda atividade que gerar ou contribuir para a degradação do meio ambiente do trabalho, comprometendo a saúde, a segurança e a qualidade de vida do trabalhador”.

A abordagem de empresa socialmente responsável é fundada em princípios: transparência em seus objetivos, investimento no bem-estar de seus colaboradores e dependentes, desenvolvimento da comunidade, preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da cidadania individual.

O trabalho feminino na ótica socioambiental, e seus reflexos no desenvolvimento sustentável, positivas e/ou negativas para o mesmo, a responsabilidade social empresarial (RSE) não pode ser limitada ao cumprimento da legislação trabalhista. As questões de âmbito social, ambiental e humana permanecem como não relevantes e/ou subjacentes aos objetivos empresariais, os quais hodiernamente se sobrepõem a questões como meio ambiente do trabalho equilibrado capaz de proporcionar qualidade de vida ao trabalhador(a) e efetividade dos direitos tutelados. O desenvolvimento sustentável só é e se torna possível com as contribuições recíprocas entre sociedade civil e setores públicos e privado.

Segundo Dray (2016), “o papel desempenhado pelas empresas na promoção da igualdade e no progresso social e territorial é, pois, cada vez mais uma realidade – as empresas *can be part of the solution, not just a problem*”, e constata que a ideia da ética no negócios e a criação dos *labor standarts* que afirmem a cidadania do trabalhador no local de trabalho.

8 | CONCLUSÃO

Os resultados da presente pesquisa demonstram que integração das mulheres na força de trabalho ainda está abaixo de cinquenta por cento da população economicamente ativa, e em descendência, em razão do aumento da população feminina, sugerindo a necessidade de desenvolvimento de políticas sociais que viabilizem sua integração econômica.

As questões sobre a economia verde são recentes, sendo tratado inicialmente na Conferência Rio-92, foram fortalecidos na Conferência Rio +20, em 2012. No que tange a formulação sobre a “economia verde”, uma gama de estudiosos questiona o emprego do termo em prejuízo ao “desenvolvimento sustentável”, tornando-o vinculado a estratégias com orientação preponderantemente econômica, afastando-se da efetividade protetiva ambiental e sustentabilidade. Entretanto, o termo sugere uma mudança de padrões econômicos, e novas formulações de emprego e renda, e vai além da exclusivamente da relação objetiva da proteção ambiental.

O estudo numa perspectiva regional como parte de um processo capitalista, fomentam vias alternativas, com objetivo de que sejam identificados os entraves

de um desenvolvimento econômico equilibrado, para a compreensão da dinâmica não só entre regiões, mas, segundo Argwala e Singh (1969), da disponibilidade do capital humano para superação do processo de subdesenvolvimento.

A relevância do estudo da igualdade de gênero no processo de criação, acesso e manutenção de empregos verdes se dá em razão da relação ambiente e ser humano, que se estabelecem em concreto de forma diferenciada. Segundo estudos da CEPAL realizados em Havana, 2018, expõe claramente sobre os custos das desigualdades, que não são apenas conjecturas éticas, mas um imperativo para a “revertir esa situación y explorar más plenamente las complementariedades que existen entre igualdad, eficiencia productiva e sostenibilidad ambiental” (https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43442/6/S1800059_es.pdf).

Os novos modelos de geração de postos de trabalho, fundada em consonância com o meio ambiente, atividade econômica e incremento de direitos sociais, constituem uma nova ordem global para o firmamento do desenvolvimento sustentável. Entretanto, no Brasil iniciou-se uma reengenharia da estrutura empresarial, instaurando de forma definitiva, a precarização das relações de trabalho por meio de diversas modalidades de terceirização. A precarização, tão presente no cotidiano econômico feminino, atinge de forma relevante e instaura retrocessos sociais para o alcance da Justiça Social.

REFERÊNCIAS

ALONSO, J. A. F. **Diferenciais de produtividade do trabalho em atividades do setor terciário nas aglomerações urbanas do RS: 1985-2002**. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/downloads/jornadas2/e8-02.pdf>. Acesso em 15/03/2019.

BAKKER, L. B., YOUNG, C. E. F. **Caracterização do Emprego Verde no Brasil**. Revista Economia & Ecologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

BASSO, Maristela; POLIDO, Fabrício B. Pasquot. **A Convenção da OIT sobre liberdade Sindical de 1948: recomendações para adequação do Direitos Interno Brasileiro aos princípios e regras internacionais do trabalho**. Revista do Tribunal do Trabalho. São Paulo, v. 21, jul/set. 2012.

BIROLI, Flávia, MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. 1ª Ed., São Paulo, Editora Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1ª Ed., São Paulo, Editora Boitempo, 2017.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12/08/2018.

BRASIL. **CLT – Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Del5452.htm. Acesso em: 26/07/2017.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>. Acesso em 15/04/2016.

CALIL, Léa Elisa. **A História do Direito do Trabalho da Mulher: aspectos históricos-sociológicos do início da República ao final deste século.** São Paulo, Ed. LTr, 2000.

CARDOSO, José C, ACIOLY, Luciana, MATIJASCIC, Milko. **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas.** Livro 2, IPEA, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura.** 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CEDAW, disponível em: <http://www.convencao-sobre-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher-cedaw-1979/>, acesso em 31/07/2017.

Bársena, Alícia. **La Ineficiencia de la Desigualdad.** Havana. CEPAL, 2018.

CERA, Denise M., **Direitos Fundamentais.** Disponível em: <https://www.lfg.com.br/conteudos/artigos/direito-constitucional/quais-sao-os-direitos-de-primeira-segunda-terceira-e-quarta-geracao-denise-cristina-mantovani-cera>, acesso em 15/04/2016.

DI PIETRO, Josilene H. Ortolan. **Mecanismos de Implementação do Direito ao Meio Ambiente do Trabalho Equilibrado e a Responsabilidade Socioambiental das Empresas.** São Paulo, Editora Mackenzie, 2018.

DRAY, Guilherme M. **A Influência dos Estados Unidos da América na Afirmação do Princípio da Igualdade no Emprego nos Países da Lusofonia.** Lisboa, Ed. Almedina, 2016.

ERBER, Fábio. As Convenções de Desenvolvimento no Brasil: um ensaio de economia política. **Rev. Economia Aplicada**, v. 14, n. 2, p. 147- 168, 2010. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fabio_erber_120908.pdf, acesso em 15/03/2019)

GIANNUZZO, Amélia Nancy. Los estúdios sobre el ambiente y la ciência ambiental. **Revista Scientiae Studia.** São Paulo, v.8, n.1, 2010.

HADDAD, P. R. Medidas de Localização e de Especialização. In HADDAD, P.R., **Economia Regional: teorias e métodos de análise.** Fortaleza: BNB, 1989.

HOLZER, Werter. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, ano II, n. 3, jul-dez, 1997.

HUGHES, J. Democratic socialism and green politics. **Grey City Journal**, 1989. Disponível em: <http://dsausa.org/archieve/ESR/JDSEco.html>. Acesso em 22/09/2018.

IAFFE. **International Association for Feminist Economics.** Disponível em : < <http://www.iaffe.org/pages/resources/publishing-feminist-economics/>>. Acesso em: 03/03/2019

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>, acesso em 29/07/2018.

INSTITUTO ETHOS. **Glossário**. 2013. Disponível em: <<http://3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Glos%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-22.pdf>>, acesso em 1/03/2017.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Aplicada**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>, acesso em: 15/04/2018.

_____. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 15/04/2018.

KON, Anita. **A Nova Economia Política dos Serviços**. 1ª Edição, São Paulo: Perspectiva: CNPQ, 2015.

KON, Anita. **A Nova Economia Política dos Serviços**. 1ª Edição, São Paulo: Perspectiva: CNPQ, 2015.

KON, Anita. **Economia do Trabalho. Qualificação e Segmentação no Brasil**. São Paulo, Alta Books Editora. 2016.

KON, Anita. **Economia do Trabalho. Qualificação e Segmentação no Brasil**. São Paulo, Alta Books Editora. 2016.

KON, Anita. **Economia do Trabalho. Qualificação e Segmentação no Brasil**. São Paulo, Alta Books Editora. 2016.

LIMA, Firmino Alves. **Teoria da Discriminação nas Relações de Trabalho**. Rio de Janeiro, Ed. Elsevier, 2011.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; WAJNMAN S. **Sexo Frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo, Organização Gelre, 2005.

MARANHÃO, Ney. **Meio Ambiente do Trabalho: descrição jurídico conceitual**. Disponível em: <http://revista91.hospedagemdesites.ws/index.php/rdtps/article/view/40>. Acesso em: 27/08/2017.

MARUANI, Margaret, HIRATA, Helena. **As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. Trad. Clevis Rapkievics. São Paulo, Ed. Senac 2003.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).

Moraes, Maria Lygia Quartim de. **Cidadania no Feminino**. In: História da Cidadania, Pinsky Jaime, Pinsky, Carla B., Campinas. Ed. Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Ana M. H. C. **A segregação ocupacional por Sexo no Brasil. Dissertação. Belo Horizonte. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional**, Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

OLIVEIRA, Carina, SAMPAIO, Rômulo S. A inclusão dos atores privados na busca do desenvolvimento sustentável. *In: A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável: a governança dos atores públicos e privados*, FGV Direito RJ, 2013.

ONU-Organização das Nações Unidas. **CEDAW, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979**. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/convencao-sobre-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher-cedaw-1979/>. Acesso em: 31/07/2017.

PEREIRA, R. M. **Uma Metodologia para a construção de matrizes regionais compatíveis - o RAS modificado agregado: uma aplicação para as grandes regiões do Brasil em 2006**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Ciências Econômicas, 2006.

OROZCO Pérez, Amaia O. Economía del género y economía feminista. ¿Conciliación o ruptura. **Rev. Venezolana de Estudios de la Mujer**. Caracas. En-Jun, 2005, Vol.10, n. 24.

REIS, Elisa Pereira, Reis, Fábio W., VELHO, Gilberto. As Ciências Sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. **Rev. Bras. Ci. So.**, vol. 12 n. 5, São Paulo, 1997. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300002>, acesso em 27/07/2018.

ROCHA, R. G. Ecoideologias associadas aos movimentos ambientais: contribuições para o campo da educação ambiental. **Rev. Educar/Fund. UFPR**, Curitiba, n 27, p. 55-73, 2006.

SANTOS, António Marques dos. **As relações entre Portugal, a Europa e o Mundo Lusófono e suas repercussões no plano jurídico**. *In: Estudos de Direito Privado e de Direito Público*, Coimbra, Ed. Almedina, 2004.

SEROA DA MOTTA, R.; DUBEUX, C. B. S. Mensuração nas políticas de transição rumo à economia verde. **Política Ambiental**. Belo Horizonte, n. 8, p. 197-207, 2011.

SERVAIS, Jean-Michel. International Labour Standarts and Corporate Social Responsibility. **Bulletim of Comparative Labour Relations**, Kluwer Law International, Netherlands, n. 55, 2005: 21s.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n. jan/mar, 2000. Disponível em : <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf>. Acesso em 06/06/2019.

SILVA E MEIRELLES, D. Serviços: Características e Organização de Mercado. *In: X. Encontro Nacional de Economia Política*, Campinas, 2005.

SILVA E MEIRELLES, D. o Conceito de Serviço. **Revista de Economia Política**. v.26, Política, n. 1, 2006.

SERVAIS, Jean-Michel. International Labour Standarts and Corporate Social Responsibility. **Bulletim of Comparative Labour Relations**, Kluwer Law International, Netherlands, n. 55, 2005: 21s.

TEIXEIRA, M. O. **Um olhar da Economia Feminista para as Mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013**. 2017. 54f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Campinas– UNICAMP, Campinas.

STERN, N. **The Economics of Climate Change. The Stern Review**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SUCUPIRA, J. A responsabilidade Social. **Boletim IBASE**. 20 de maio de 2000.

THOME, Candy F. **O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores**. São Paulo, Editora LTr, 2012.

UNEP. Global Green New Deal. **Environmentally – Focused Investment History Opportunity for 21st Century Prosperity and Job Generation**. London/Nairóbi: Unep, 2008.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário: o lugar e a imagem do comércio**. São Paulo, Ed. Senac, 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

ZAPATA, Sandor R. D. **As Convenções da OIT no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adubo organomineral 55, 56, 76

Adubos orgânicos 56, 57, 76, 77

Agentes infecciosos 112, 113, 119, 127, 129, 130, 131, 134, 137

Agroecologia 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 174, 202

Alimentos saudáveis 18, 22, 24

Ambiente urbano 113, 114, 139

Atividade biológica 47

B

Bactéria 48

Bioinseticidas 36

Botânica 92, 97, 103, 104, 106, 109, 110, 111, 189, 190, 192, 196, 197, 198

C

Ciência 36, 44, 78, 80, 81, 83, 87, 110, 172, 176, 178, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 189

Condições alimentares 21, 22

Conhecimento científico 176, 178, 180, 181

Construção do conhecimento 177

Controle biológico 47

D

Desequilíbrios ambientais 120, 178

E

Educação ambiental 1, 2, 4, 6, 10, 11, 12, 13, 19, 114, 174, 178, 181, 185, 187, 188

Educadores ambientais 1, 7, 8, 9, 185

Empregos verdes 153, 154, 158, 160, 161, 171

Espécies exóticas 78

Espécies nativas 80

F

Fauna 6, 26, 27, 31, 36, 122, 129, 130, 133, 134, 142, 143, 150, 158

Flora 6, 36, 43, 111, 158, 189, 198

Formação interdisciplinar 176, 178

Formações florestais 26, 27

Fungos 48, 70, 83, 84, 86, 91, 92, 94, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 137, 142

H

Herbário 32, 36, 189, 191, 192, 196, 198

I

Injustiças sociais 1

Intoxicação 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107

Inventários faunísticos 26

M

Mata Atlântica 26, 27, 28, 32, 33, 57, 64, 83, 116, 126, 128, 129, 133, 148, 150

Microrganismos 53, 61, 66, 90, 91, 118, 119, 120, 121

P

Plantas medicinais 15, 16, 44, 86, 87, 88, 95, 96, 103, 104, 109, 111

Produção de hortaliças 21, 23, 24

Produto seguro 86

Q

Qualidade físico-química 86, 88, 89

Qualidade microbiológica 90

R

Resíduos orgânicos 46, 53, 55, 56, 74, 76

Responsabilidade socioambiental 153, 154, 168, 169, 172, 184

S

Sociedades sustentáveis 12

Sustentabilidade 1, 4, 6, 10, 13, 14, 59, 156, 157, 169, 170, 176, 181, 184

Meio Ambiente:

Impacto do Convívio entre Vegetação, Animais e Homens

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Meio Ambiente:

Impacto do Convívio entre Vegetação, Animais e Homens

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020